



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA

Cópia de parte da

-----ATA N.º 06/2025-----

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal da Batalha, sito na Rua Infante D. Fernando, na Vila da Batalha, reuniu, em sessão ordinária a Assembleia Municipal da Batalha, tendo estado presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais (...) -----

(...)

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

(...)

-----Ponto 8-----

Designação de um representante das freguesias do concelho que integrará a Comissão Municipal de Proteção Civil, de acordo com o disposto na alínea i), do artigo 41.º da Lei n.º 27/2006, de 03/07, na sua atual redação em articulação com o estatuído na alínea c), n.º 1 do artigo 26.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na redação atual).-----
MGD n.º 3276, de 10/11/2025-----

A Lei de Bases da Proteção Civil (LBPC), aprovada pela lei n.º 27/2006, de 03 de julho, na sua atual redação determina que a atividade da proteção civil é desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram;-----

A atividade de proteção civil tem carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores; -----

De entre as entidades que integram a Lei de Bases da Proteção Civil fazem parte as autarquias locais com atribuições específicas que lhe são conferidas por Lei; -----

A operacionalização da LBPC à escala municipal é realizada por uma Comissão Municipal de Proteção Civil, com competências específicas constantes do artigo 40.º do citado diploma legal, com a seguinte composição:-----

- a) O Presidente da Câmara Municipal como autoridade municipal de proteção civil, que preside;-----
- b) O Coordenador municipal de proteção civil; -----
- c) Um elemento do comando de cada corpo de bombeiros existente no município; -----
- d) Um elemento de cada uma das forças de segurança presentes no município;-----
- e) Os capitães dos portos que dirigem as capitánias existentes no distrito;-----
- f) A autoridade de saúde do município;-----
- g) O dirigente máximo da unidade local de saúde ou o diretor executivo do agrupamento de centros de saúde da área de influência do município e o diretor do hospital da área de influência do município, designado pelo diretor-geral da saúde; -----
- h) Um representante dos serviços de segurança social; -----
- i) Um representante das juntas de freguesia a designar pela Assembleia Municipal;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA BATALHA

Cópia de parte da

j) Representantes de e outras entidades e serviços, implantados no município, cujas atividades e áreas funcionais possam, de acordo com os riscos existentes e as características da região, contribuir para as ações de proteção civil. -----

Neste sentido, foi entregue à Mesa da Assembleia Municipal uma lista subscrita pela bancada do PSD/PPD, propondo a eleição como representante das Freguesias do Concelho, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil, o seguinte deputado municipal:-----

- Luís Miguel dos Reis Santos – Presidente da Junta de Freguesia de São Mamede. -----

Posta à votação a lista apresentada, foi **aprovado em escrutínio secreto, por maioria com 24 (vinte e quatro) votos a favor e 1 (um) voto contra, nomear o deputado municipal Luís Miguel dos Reis Santos para representar as Freguesias do Concelho na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais.**

A Assembleia Municipal, usando da faculdade que lhe confere o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/ 2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 75.º do Regimento da Assembleia Municipal, em vigor, deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para que possa ter execução imediata. -----

** -----

Está conforme o original existente no arquivo desta Assembleia Municipal, o que certifico. -----
Assembleia Municipal da Batalha, aos 28 dias do mês de novembro de 2025. -----

** -----

O Presidente da Assembleia Municipal